

Os valores dos portugueses

Resultados do *European
Values Study*

Alice Ramos

Pedro C. Magalhães

FUTURE FORUM

Os valores dos portugueses

Resultados do *European Values Study*

Alice Ramos, Instituto de Ciências Sociais, ULisboa

Pedro C. Magalhães, Instituto de Ciências Sociais, ULisboa

1. Introdução

Os resultados do *European Values Study* (EVS: www.europeanvaluesstudy.eu) refletem os valores, as atitudes e as opiniões dos cidadãos acerca de uma multiplicidade de temas centrais na vida quotidiana, como sejam a família, a religião, a política e o trabalho. Mas também questões relacionadas com a perceção de bem-estar e felicidade, a moralidade, os movimentos migratórios, o papel de Estado-Providência, as redes sociais ou as alterações climáticas são exemplo da diversidade de opiniões que são recolhidas junto de amostras representativas das populações que ausculta.

Estes resultados representam uma quantidade riquíssima de informação que pode interessar a um público vasto, desde a própria academia até decisores políticos, professores, alunos dos diversos níveis de ensino, jornalistas e público em geral. Através destes dados, podemos conhecer o que aproxima e o que distancia os portugueses de cidadãos de outros países europeus, assim como identificar as tendências de mudança ou estabilidade nas últimas três décadas, comparando-as com as tendências observadas nos restantes países europeus.

O EVS é um dos mais antigos estudos comparativos e longitudinais sobre atitudes e valores que se realizam na Europa. A partir dos dados recolhidos, é possível conhecer crenças, preferências, atitudes, valores e opiniões de cidadãos de toda a Europa. É um projeto único no que toca à monitorização e ao mapeamento de valores sobre trabalho, família, religião, política e vida em sociedade. A primeira edição realizou-se em 1981, tendo contado com a participação de 10 países europeus. O número de países-membros foi aumentando progressivamente, tendo participado 27 países em 1990, 33 em 1999 e 47 em 2008, representando cerca de 70 mil pessoas. A quinta edição do EVS (2017-2020), de onde foram selecionados os resultados apresentados neste relatório, contou com a participação de 34 países. Os dados do EVS são de acesso aberto e têm fomentado inúmeras publicações, quer de teor académico, quer de âmbito mais generalizado: mais de 2000 publicações podem ser consultadas em EVS-Publicações.¹ Os resultados recolhidos até agora têm vindo a permitir a identificação de uma série de transformações sociais e culturais nos países europeus, embora com ritmos e configurações diversos. A vaga de 2017-2020 permite continuar a acompanhar este processo de mudança, agora à luz da recente crise económica.

O EVS em Portugal

Portugal participou pela primeira vez em 1990, sob a coordenação de Luís de França, investigador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Em 1999 e 2008, a realização do EVS coube a uma equipa de investigação coordenada por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala, ambos investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Em 1990, 2008 e 2020, o projeto contou com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo também sido apoiado pela Fundação “la Caixa” nesta última edição. O envolvimento de Portugal no EVS não se tem limitado à recolha de entrevistas. Para além da presença do Investigador Principal na Assembleia-Geral desde 1990, membros da equipa portuguesa do ICS-ULisboa têm sido eleitos, em diversas ocasiões, para os grupos Teórico e Metodológico e para o Conselho Executivo. O EVS está integrado no programa Atitudes Sociais dos Portugueses, uma das componentes da infraestrutura PASSDA (*Production and Archive of Social Science Data*; www.passda.pt), um consórcio nacional inserido no Roteiro Nacional de Infraestruturas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que reúne o ICS-ULisboa (que o lidera) e alguns dos principais centros de investigação em ciências sociais portuguesas.

O trabalho de campo da ronda mais recente do EVS foi levado a cabo pela GfK-Metris e decorreu entre 11 de janeiro e 31 de março de 2020. De uma amostra inicial de 3032 lares, obtiveram-se 1215 entrevistas que representam uma taxa de resposta de 41% e um erro amostral de $\pm 2,8\%$ para um intervalo de confiança de 95%.

2. Família e papéis de género

O que pensam os Portugueses sobre a igualdade de género? Depende, se o contexto é a família (a esfera da vida mais importante para 88% dos inquiridos) ou o “mundo lá fora”. Por exemplo, enquanto quase metade dos inquiridos acham que “está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” ou que “quando a mãe tem atividade profissional os filhos são prejudicados”, quando se sai do seio familiar as opiniões mudam, já que apenas uma minoria acha que, “quando os empregos são poucos, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres” ou que “os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”.

A família foi, e continua a ser, a dimensão mais importante da vida das pessoas, a pedra basilar em torno da qual as restantes dimensões se organizam. Contra as vozes que clamam contra a deterioração dos valores familiares, os resultados do EVS mostram que eles permanecem bem salientes e que têm acompanhado as transformações que marcaram as sociedades europeias nas últimas décadas. Estas mudanças refletem-se nas práticas e nas representações da família e são vividas a ritmos e intensidades distintos, consoante os países, as regiões ou as características das próprias famílias. São mudanças que se equilibram numa linha de continuidade entre as tradições do passado e as tendências do presente.²

O inquérito do EVS inclui um conjunto de perguntas em que é pedido aos inquiridos que assinalem o grau de importância atribuído a seis esferas da vida (trabalho, família, lazer, amigos, política e religião), numa escala de 4 pontos (1 – muito importante; 2 – importante; 3 – pouco importante; 4 – nada importante). As respostas obtidas mostram o papel de destaque que a família ocupa na vida dos portugueses. Saliente-se ainda que, desde 1990, o valor mais elevado foi registado em 2020 (Figura 1).

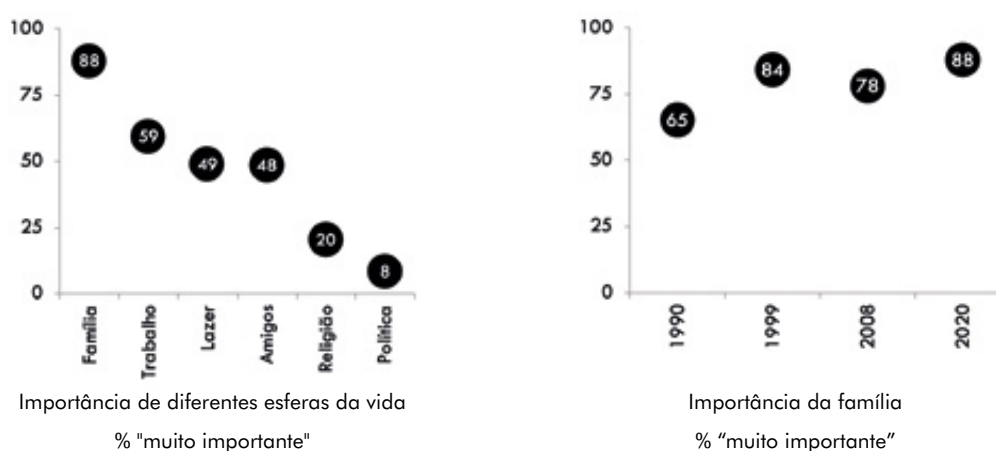


Figura 1. Centralidade da família em 2020 e evolução da importância da família entre 1990 e 2020 (% de respostas “muito importante”), Portugal, *European Values Study*.

Esta centralidade da família verifica-se de forma consistente em todos os países, oscilando entre 78% na Rússia e 98% na Albânia.

O casamento continua a ser uma instituição valorizada pela maioria dos inquiridos. Em Portugal, apenas 25% dos inquiridos consideram o casamento “uma instituição antiquada”, e os factores determinantes para o seu sucesso (ou de uma união de facto) são a fidelidade, considerada muito importante por 85% dos inquiridos, seguindo-se a existência de filhos e ter um rendimento adequado (ambos com 59%).

Associados às representações sobre a família, surgem aspectos relacionados com os papéis atribuídos à mulher e ao homem (em casa e fora dela), aos seus ideais de felicidade e realização ou aos valores que a família nuclear deve ensinar às crianças. A partir do 25 de Abril, a sociedade portuguesa foi palco de enormes mudanças relativamente aos direitos da mulher, nomeadamente no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de atividade feminina era perto de 55% (em 1970, rondava os 27%), valor que atinge os 83% no universo das mulheres com ensino superior. No mesmo ano, perto de 60% dos licenciados eram mulheres.

Contudo, esta entrada das mulheres no espaço público não foi acompanhada pelo envolvimento dos homens no espaço privado, contribuindo para isso a resistência das próprias mulheres. As perguntas do EVS permitem observar este jogo de papéis de género. Quando inquiridos sobre a verdadeira vocação das mulheres, os resultados são reveladores: 43% dos inquiridos em 2020 “concordam totalmente” ou “concordam” que “está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” e, ao contrário do que se poderia esperar, esta não é uma representação predominantemente masculina, uma vez que as diferenças entre sexos não são estatisticamente significativas. Relativamente às consequências do trabalho pago da mulher no bem-estar dos filhos, a tendência é semelhante: 46% concordam ou concordam totalmente que, “quando a mãe tem atividade profissional, os filhos são prejudicados”, sendo esta opinião partilhada por homens e mulheres.³ E, apesar de ser consensual que “marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar” (92% de respostas concordantes, independentemente do sexo), 26% dos homens e 22% das mulheres consideram que “compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família”. Comparando com os 34 países participantes, este valor coloca Portugal na 13.^a posição, sendo os países que registam as percentagens de concordância, respetivamente, mais elevada e mais baixa, a Arménia com 68% e a Dinamarca com 5%.

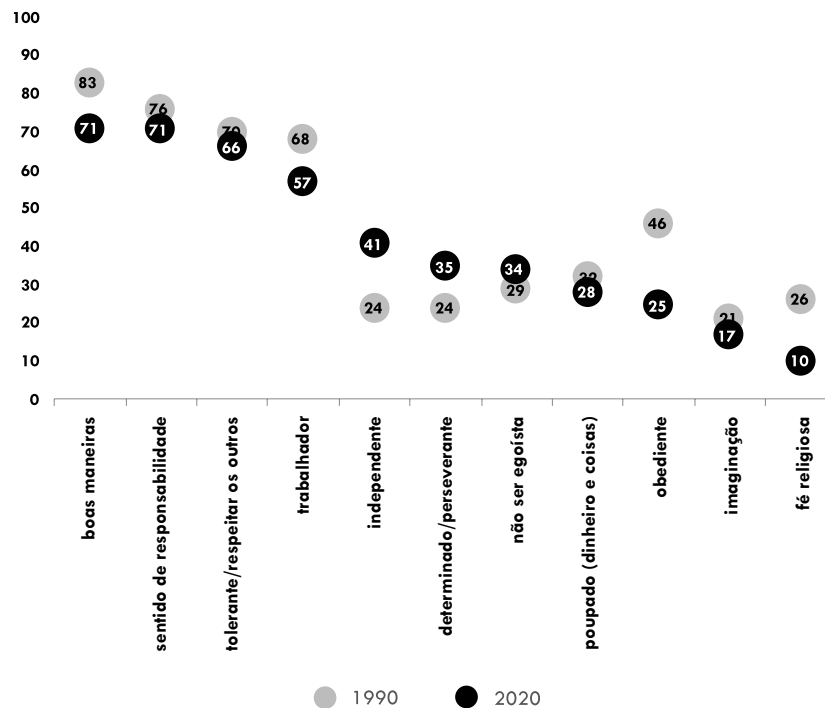
Quando se sai do domínio privado, doméstico, e se questiona sobre o papel da mulher na vida pública, sobressai, por parte dos inquiridos em Portugal, uma defesa da igualdade de género: apenas 18% consideram que, “quando os empregos são poucos, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres”; 17% concordam que “os homens dão melhores líderes políticos do que as mulheres”, um valor claramente abaixo da média europeia (30%); 89% discordam que, “de uma forma geral, os homens dão melhores gestores do que as mulheres”; e para apenas 11% dos inquiridos “ter um curso superior é mais importante para um rapaz do que para uma rapariga”, valor idêntico à média global.

3. Ética e moralidade

Há diferentes características que podem ser ensinadas em casa às crianças: independência, boas maneiras, responsabilidade, poupança, tolerância, criatividade, entre outras, e que refletem as normas, ou valores, que os pais consideram mais relevantes para guiar as vidas dos seus filhos. Em Portugal, é dada muita importância às boas maneiras e ao sentido de responsabilidade, e menos à imaginação e à fé religiosa. Relativamente às questões éticas sobre a vida e a morte, o suicídio é a prática mais condenada em todos os países. Ao longo dos últimos 30 anos, tem-se registado em Portugal uma maior abertura à eutanásia, mantendo-se praticamente igual a baixa aceitação do aborto.

Os valores sociais constituem guias de avaliação e orientação em diferentes situações e esferas da vida. Eles ajudam-nos a distinguir o que é certo ou errado, o que é desejável ou indesejável, o que é bonito ou feio. Ao nível individual, eles enquadram as nossas escolhas, as nossas atitudes e os nossos comportamentos. Ao nível cultural ou nacional, tem sido observado que quanto maior o consenso em torno dos valores, maior a cooperação e menor a conflitualidade interna.⁴

Enquanto contexto de socialização primária, o espaço doméstico é o local onde os valores sociais começam por ser aprendidos pelas crianças. Para saber quais são os valores considerados mais importantes a ensinar às crianças em casa, foram apresentadas aos inquiridos 11 qualidades, das quais podiam ser escolhidas, no máximo, cinco. A Figura 2 mostra a hierarquia dos valores em Portugal, em 1990 e em 2020.



“Das seguintes qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa, escolha (até cinco) as que considera mais desejáveis que uma criança tenha” (%)

Figura 2. Qualidades consideradas importantes para uma criança aprender em casa (% de menções registadas para cada qualidade num máximo de 5 escolhas), Portugal, *European Values Study*.

De uma forma global, observa-se mais estabilidade do que mudança. Contudo, registaram-se diferenças expressivas na importância atribuída a “ser independente” e “ser determinado e perseverante”, características que foram mais escolhidas em 2020 do que em 1990 e, inversamente, na importância atribuída a “ser obediente” e “ter fé religiosa”, que registaram um decréscimo. Estes resultados suscitam duas observações: por um lado, vão ao encontro da teoria segundo a qual os valores são tendencialmente estáveis; por outro, mostram que, apesar de lentamente, os valores mudam. E as mudanças que observamos são coerentes, pois denotam uma maior adesão a valores que encorajam o protagonismo e a autonomia da criança e uma saliência menor dos valores que favorecem o conformismo e a submissão às normas sociais.

Um outro tema de inquirição no domínio da ética é o dos valores morais, que se debruça sobre os julgamentos ou avaliações que as pessoas fazem sobre aspetos relacionados com a vida íntima, como as atitudes perante a vida e a morte (eutanásia, suicídio, aborto) e a sexualidade (práticas e orientações sexuais) e aspetos relacionados com a cidadania, que serão analisados no ponto 4 deste documento. Os valores morais são avaliados de forma a medirem o grau de justificação que lhes é atribuído, numa escala que vai de nunca (1) a sempre (10). A Figura 3 mostra a evolução do grau de permissividade dos portugueses às quatro práticas que foram avaliadas nas quatro vagas do EVS em que participou.

Ao longo do tempo, é visível a abertura à homossexualidade e à eutanásia. No primeiro caso, esta abertura reflete-se na avaliação que é feita sobre a parentalidade, com mais de metade dos inquiridos a considerar que, “nos casais homossexuais, os pais ou mães são tão bons como nos outros casais”. Em contrapartida, o suicídio e o aborto não apresentam mudanças significativas. O “suicídio” surge como a prática sistematicamente mais condenável, seguindo, aliás, a tendência global.

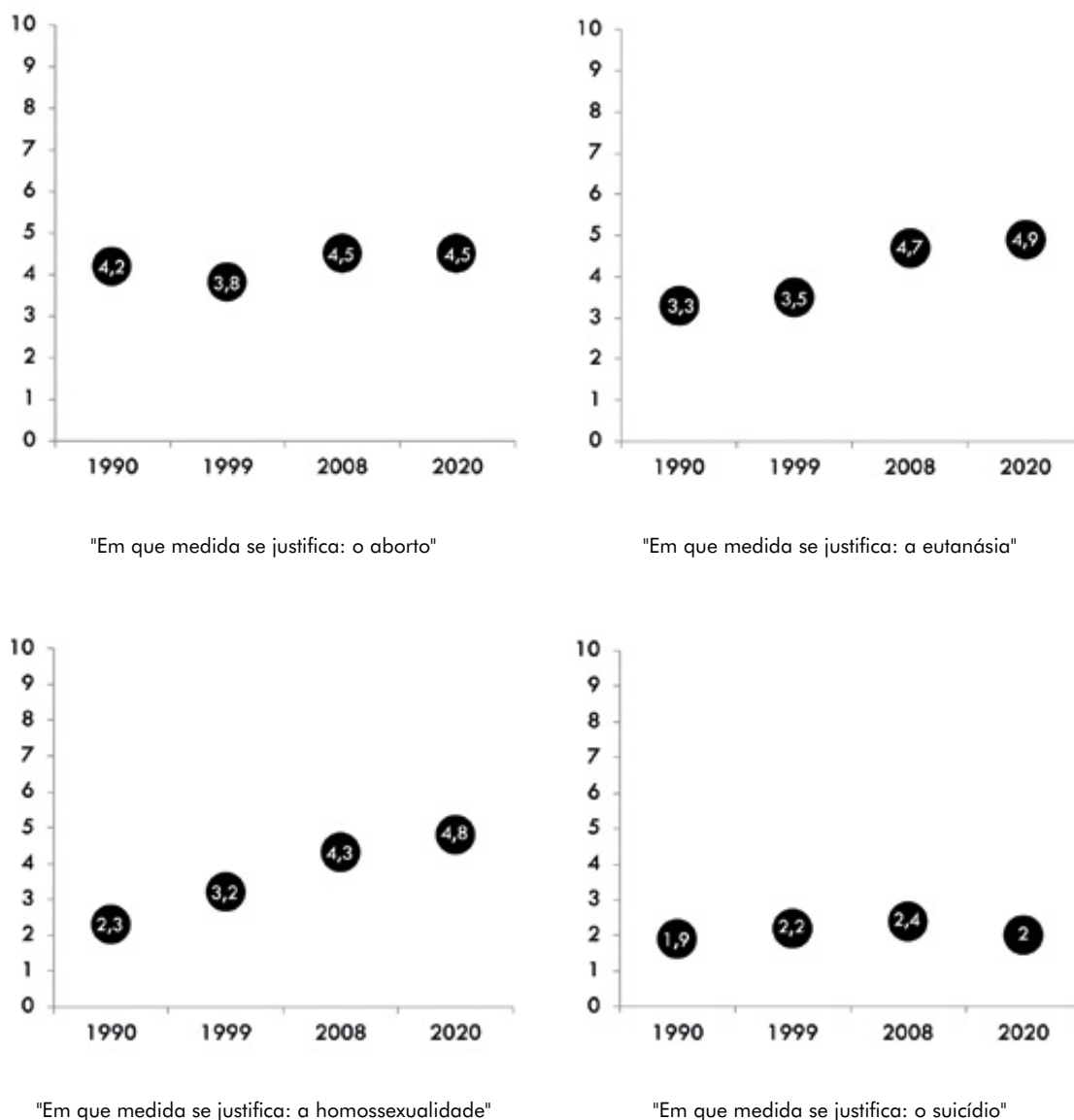
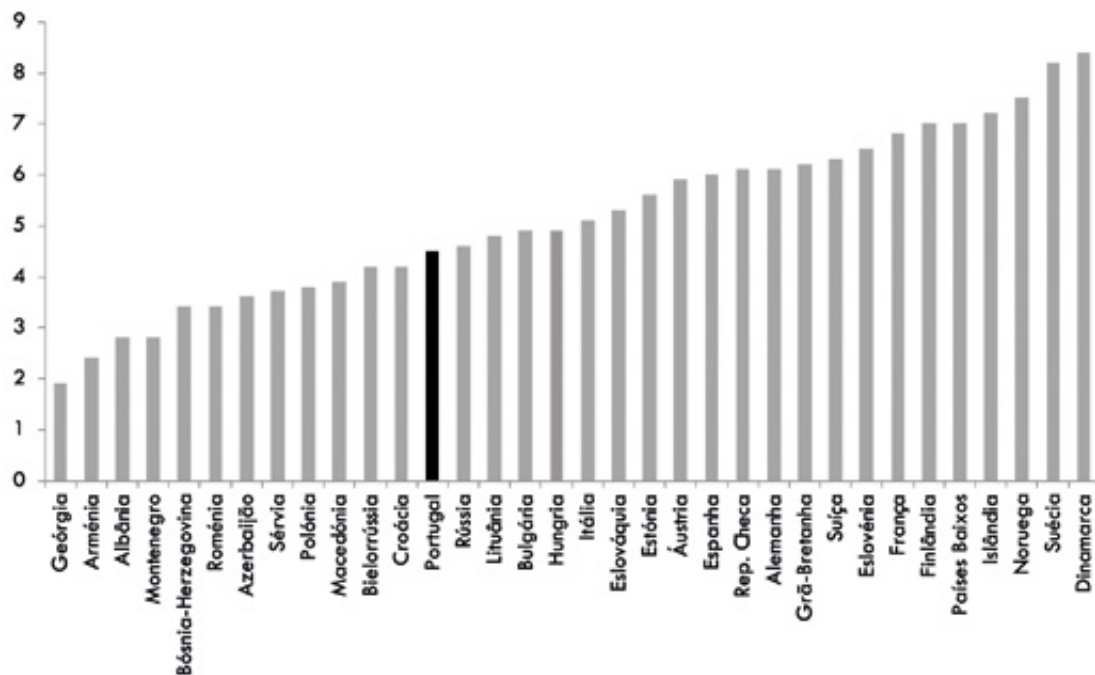


Figura 3. Justificabilidade de práticas percebidas como “certas” ou “erradas”. Média amostral, de 1 (“nunca justificável”) a 10 (“sempre justificável”), Portugal, *European Values Study*.

Comparando com as respostas obtidas nos restantes países participantes, Portugal coloca-se no conjunto dos países menos permissivos, muito longe dos países nórdicos, e tendencialmente próximo dos países bálticos e do Leste europeu. A Figura 4 mostra o posicionamento de Portugal relativamente ao aborto.



“Em que medida acha justificável: o aborto”

Figura 4. Justificabilidade do aborto. Média amostral, de 1 (“nunca justificável”) a 10 (“sempre justificável”), *European Values Study 2017-2020*.

4. A cultura cívica

Ao longo dos últimos 30 anos, os portugueses têm-se declarado cada vez menos tolerantes em relação a comportamentos como a fuga aos impostos, a reivindicação de benefícios a que não se tem direito, a aceitação de subornos ou mesmo o não-pagamento de bilhetes em transportes públicos. Contudo, noutros aspetos mais indiretos daquilo a que se pode chamar a “cultura cívica”, as mudanças são muito menos visíveis. Continuamos a estar entre as populações europeias que menos confiança têm nos seus concidadãos, assim como entre aquelas que menos se envolvem em atividades de voluntariado.

Uma das características mais importantes de uma comunidade é a partilha de valores e crenças que favoreçam a cooperação para a obtenção de objetivos de interesse comum, aquilo a que muitos autores chamam “cultura cívica” (ou “capital cívico” ou, ainda, “capital social”).⁵ Todas as sociedades enfrentam problemas de ação coletiva: apesar de partilharmos interesses com os outros membros da comunidade, temos também interesses próprios. Se uns e outros colidirem, os incentivos para a cooperação diminuem.

O problema do *free rider* — aquele que beneficia de um bem comum sem contribuir para ele — pode tornar-se de tal modo grave que o bem comum acaba por não ser produzido. A situação pandémica em que vivemos atualmente exemplifica este problema. O “distanciamento social” e a contenção da infeção que proporciona é um bem público de que todos beneficiam, mas que comporta também custos individuais. Se os indivíduos ignorarem os benefícios comuns do distanciamento, abdicarão dele. Mas, se todos o fizerem, os benefícios comuns não serão recolhidos. Há já vários estudos que mostram que, nos países e regiões do mundo com baixos níveis de cultura cívica — que dificultam a capacidade de interiorizar as externalidades negativas das decisões individuais —, o distanciamento social e a redução da mobilidade foram menores.⁶

A investigação existente propõe várias maneiras — mais ou menos indiretas — de medir a cultura cívica através de inquéritos. Essas medidas incluem:

- a propensão dos inquiridos para considerarem injustificáveis comportamentos que geram benefícios pessoais a expensas de custos sociais;⁷
- o grau de confiança interpessoal generalizada que têm, no pressuposto de que, quando os cidadãos exibem baixos níveis de confiança nos outros, revelam também a sua convicção de que o capital cívico numa dada sociedade é baixo, uma convicção que se torna ela própria um obstáculo à cooperação;⁸
- comportamentos — tais como a doação de sangue ou o voluntariado — que indiquem a predisposição para incorrer em custos pessoais em benefício de desconhecidos e da comunidade como um todo.⁹

Os inquéritos EVS têm medido algumas destas variáveis, permitindo posicionar Portugal de um ponto de vista quer comparativo quer longitudinal. A Figura 5 mostra a evolução, ao longo do tempo, das respostas dos inquiridos em Portugal à pergunta sobre até que ponto consideram justificáveis — numa escala de 1 a 10, em que 1 significa “nunca justificável” e 10 “sempre justificável” — alguns comportamentos que implicam benefícios pessoais, mas potenciais custos coletivos: fuga aos impostos, reivindicação indevida de benefícios do Estado, aceitação de subornos e fuga ao pagamento de bilhetes em transportes públicos.

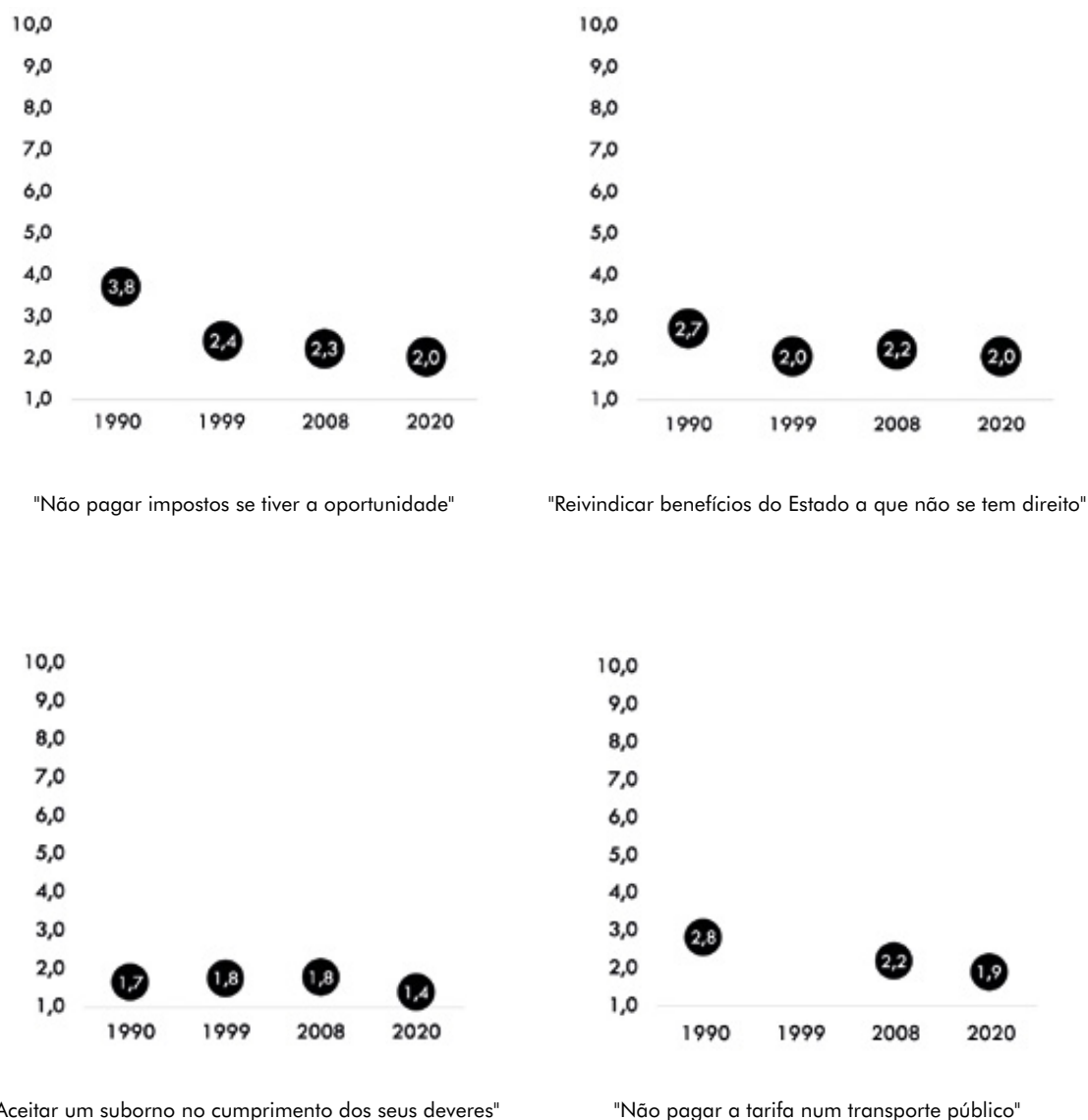


Figura 5. Justificabilidade de comportamentos com benefícios pessoais e custos coletivos. Média amostral, de 1 ("nunca justificável") a 10 ("sempre justificável"), Portugal, *European Values Study*.

Constata-se que, em média, a posição dos portugueses em relação a todos estes comportamentos tem sido a de os julgarem muito mais injustificáveis do que justificáveis. Contudo, há mudanças importantes ao longo das últimas décadas. A tolerância declarada em relação à fuga aos impostos diminuiu de forma clara de 1990 para 1999, tendo continuado a diminuir, mais lentamente, deste então. Tendências semelhantes, apesar de menos acentuadas, são detetáveis para os restantes comportamentos sob análise, com o inquérito mais recente — 2020 — a mostrar os valores mais baixos nos quatro casos. Esta mudança em alguns dos indicadores da "cultura cívica" permitiu, por exemplo, que, entre os 34 países que conduziram o EVS 2017-2020, sejamos o 4.º país que menos tolera a fuga ao pagamento dos transportes públicos e o 11.º que menos tolera a fuga aos impostos.

Contudo, não podemos ignorar que pode haver um elemento de “desejabilidade social” nestas respostas. Por outras palavras, é possível que esta mudança, desde 1990, não constitua uma real mudança nos valores dos portugueses, mas sim uma mudança da força da norma social contra estes comportamentos, que pode, por sua vez, fazer com que alguns inquiridos ocultem os seus verdadeiros valores. De resto, a propensão para ocultar os verdadeiros valores nestas respostas deverá ser tanto maior, quanto menor for a cultura cívica dos indivíduos. Logo, é útil recorrer a abordagens mais indiretas. Uma dessas abordagens consiste em medir até que ponto os inquiridos dizem ter confiança nas pessoas em geral. Uma elevada confiança generalizada interpessoal indica a perceção de que os outros não querem (ou, pelo menos, não conseguem) procurar sistematicamente benefícios para si próprios em detrimento dos nossos interesses.

A Figura 6 mostra a evolução da percentagem dos inquiridos em Portugal que, perante a questão “De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?”, escolheram a primeira opção. A proporção de inquiridos que afirma ter confiança na maioria das pessoas nunca foi superior a uma em cada cinco nas últimas três décadas, com valores ainda mais baixos em 1999.

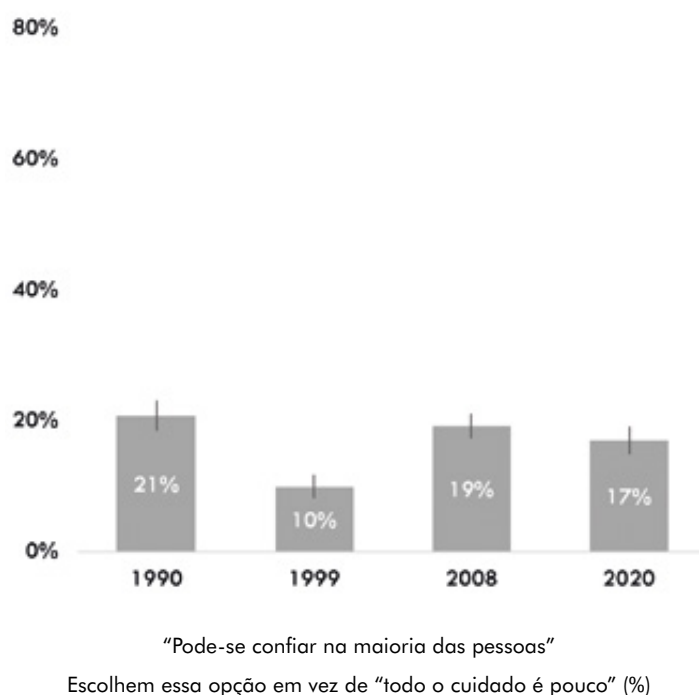


Figura 6. Confiança interpessoal, Portugal, *European Values Study*.

Estes valores colocam Portugal, no contexto europeu, entre os países onde os níveis de confiança interpessoal são mais baixos. Como se pode verificar na Figura 7, estamos a par de países como a Bulgária, a Sérvia e a Macedónia do Norte, e apenas na Croácia, na Roménia, na Bósnia-Herzegovina, na Geórgia e na Albânia encontramos valores significativamente inferiores nesta vaga de 2017-2020 do EVS.

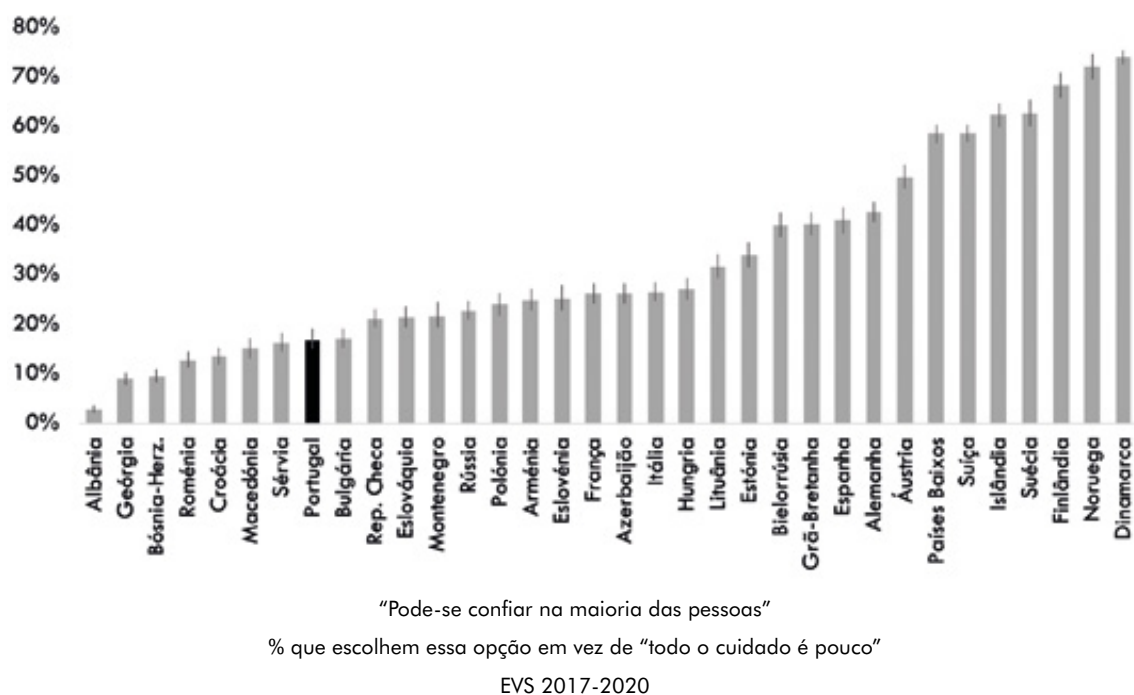


Figura 7. Confiança interpessoal na Europa *European Values Study* 2017-2020.

Finalmente, a questão da cultura cívica pode ser abordada de um ponto de vista comportamental: até que ponto os portugueses declaram comportamentos que denotam a capacidade de incorrer em custos pessoais para benefício da comunidade? No EVS 2017-2020, depois de se questionar a amostra sobre a pertença ou não de uma vasta lista de organizações de voluntariado, colocou-se a questão “Fez trabalho de voluntariado nos últimos 6 meses?” (no caso português, este período corresponde, aproximadamente, à segunda metade de 2019, ainda antes da pandemia). Em Portugal, 8% dos inquiridos respondeu positivamente. É a terceira mais baixa percentagem encontrada entre os 34 países onde o inquérito foi realizado, como se pode ver na Figura 8.

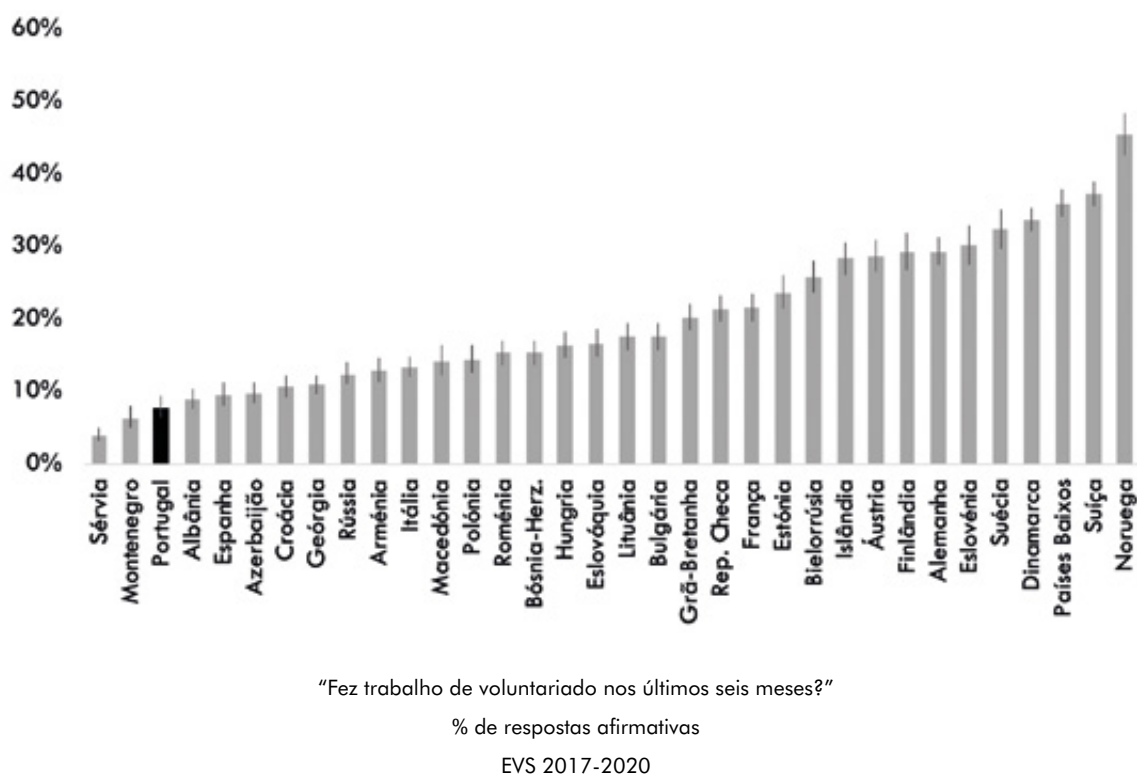


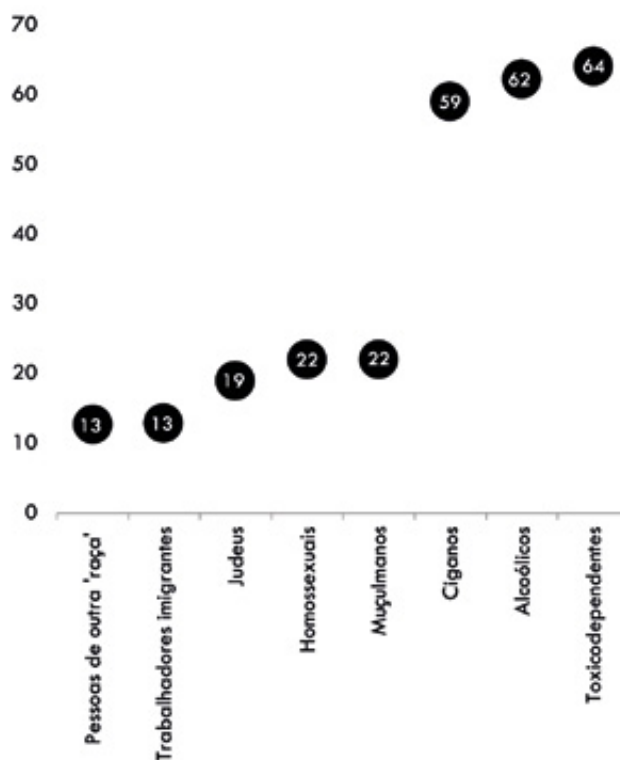
Figura 8. Voluntariado. *European Values Study* 2017-2020.

Em suma, o retrato possível da prevalência de uma cultura cívica em Portugal ao longo dos últimos 30 anos não é particularmente favorável. É certo que houve uma evolução no sentido de se considerarem cada vez mais injustificáveis vários comportamentos sociais de procura de benefícios pessoais em desfavor da comunidade. Contudo, essas medidas estão sempre sujeitas à pressão para que os inquiridos se conformem, perante um inquérito, a uma norma social que não partilham necessariamente. Quando recorremos a indicadores mais indiretos — nomeadamente a confiança interpessoal e o trabalho de voluntariado—, Portugal vê-se colocado em posições muito menos favoráveis na comparação europeia, com valores muito longe dos encontrados no Norte da Europa, e até inferiores aos da maioria dos países da Europa de Leste e da Europa do Sul.

5. Distância social e oposição à imigração

Quem é que os Portugueses não gostariam de ter como vizinhos? De entre um conjunto de 8 grupos de pessoas, há 3 que são mais rejeitados: ciganos, alcoólicos e toxicodependentes, sendo os dois últimos os que recebem maior rejeição em todos os países. Os trabalhadores imigrantes e as pessoas percebidas como pertencendo a outra raça são os dois grupos que menos incomodariam enquanto vizinhos. Relativamente aos imigrantes, Portugal vem revelando uma abertura crescente à sua presença e à sua importância para o desenvolvimento do país, embora ainda haja uma proporção significativa de inquiridos que acha que os imigrantes “tiram trabalho aos nacionais”, “contribuem para o aumento do crime” e “são um peso para a segurança social”.

Segundo Park (1924)¹⁰, aquilo a que normalmente chamamos preconceito é uma disposição mais ou menos instintiva e espontânea para manter distâncias sociais. Podemos dizer que não temos preconceitos, mas escolhemos as nossas companhias. E, quando não escolhemos pessoas de cor ou religião diferentes das nossas ou com modos de vida ou antecedentes que não se enquadram nas normas sociais estabelecidas, estamos a ativar um mecanismo de separação: a distância social. Bogardus (1925)¹¹ criou uma escala que ainda hoje é utilizada para medir essa distância, em que é perguntado aos inquiridos se gostariam ou não de ter como vizinhos grupos de pessoas com características diferentes da maioria. A Figura 9 mostra a percentagem de menções que cada grupo recebeu em Portugal. Estudos anteriores sobre o mesmo tipo de dados identificaram uma organização dos diferentes grupos de pessoas em duas dimensões: uma que salienta características das pessoas; outra que salienta os seus comportamentos.¹² Nestes resultados, sobressai de forma muito expressiva a proximidade entre alcoólicos, toxicodependentes e ciganos, o que sugere uma percepção de risco elevada associada a este último grupo.



"Grupos de pessoas que não gostaria de ter como vizinhos" (% mencionados)

Figura 9. Distância social relativamente a grupos minoritários (% de menções registadas para cada grupo), Portugal, *European Values Study*.

Em termos globais, os grupos dos “alcoólicos” e dos “toxicodependentes” são os que recebem maior rejeição em todos os países, com uma amplitude de 41%-87% no primeiro caso e 64%-96% no segundo. Os restantes grupos variam bastante: por exemplo, o grupo dos ciganos foi referido por 8% dos albaneses e 75% dos italianos; o dos homossexuais foi assinalado por 2% dos islandeses e 80% dos albaneses. Muito interessante é o caso das “pessoas de outra ‘raça’”. Os resultados são os segundos mais baixos (a seguir aos “judeus”) de entre todos os grupos minoritários, com 1% de menções na Suécia e 38% na Geórgia. É muito provável que este resultado esteja influenciado por um efeito de normatividade social, uma vez que a luta contra o racismo tem adquirido uma enorme visibilidade. Uma possível consequência é que, enquanto a rejeição de “pessoas de outra ‘raça’” pode ser imediatamente identificada, pelo próprio respondente, como uma atitude racista (porque as pessoas de cor diferente da maioria estão protegidas pela norma do anti-racismo), o mesmo não acontece com os ciganos (que não têm nenhuma norma que os proteja especificamente).

A Figura 10 mostra a evolução da distância social relativamente a alguns dos grupos em Portugal. Escolhemos estes grupos para mostrar como o grupo dos homossexuais, que em 1990 integrava o conjunto dos grupos caracterizados pelos seus comportamentos (juntamente com os alcoólicos e os toxicod dependentes), é desde 1999 alvo de uma aceitação relativa, ao contrário do grupo dos ciganos, que continua associado aos grupos percebidos como desviantes. Esta aceitação é coerente com as respostas dadas às questões sobre moralidade ou sobre as qualidades parentais dos casais homossexuais.

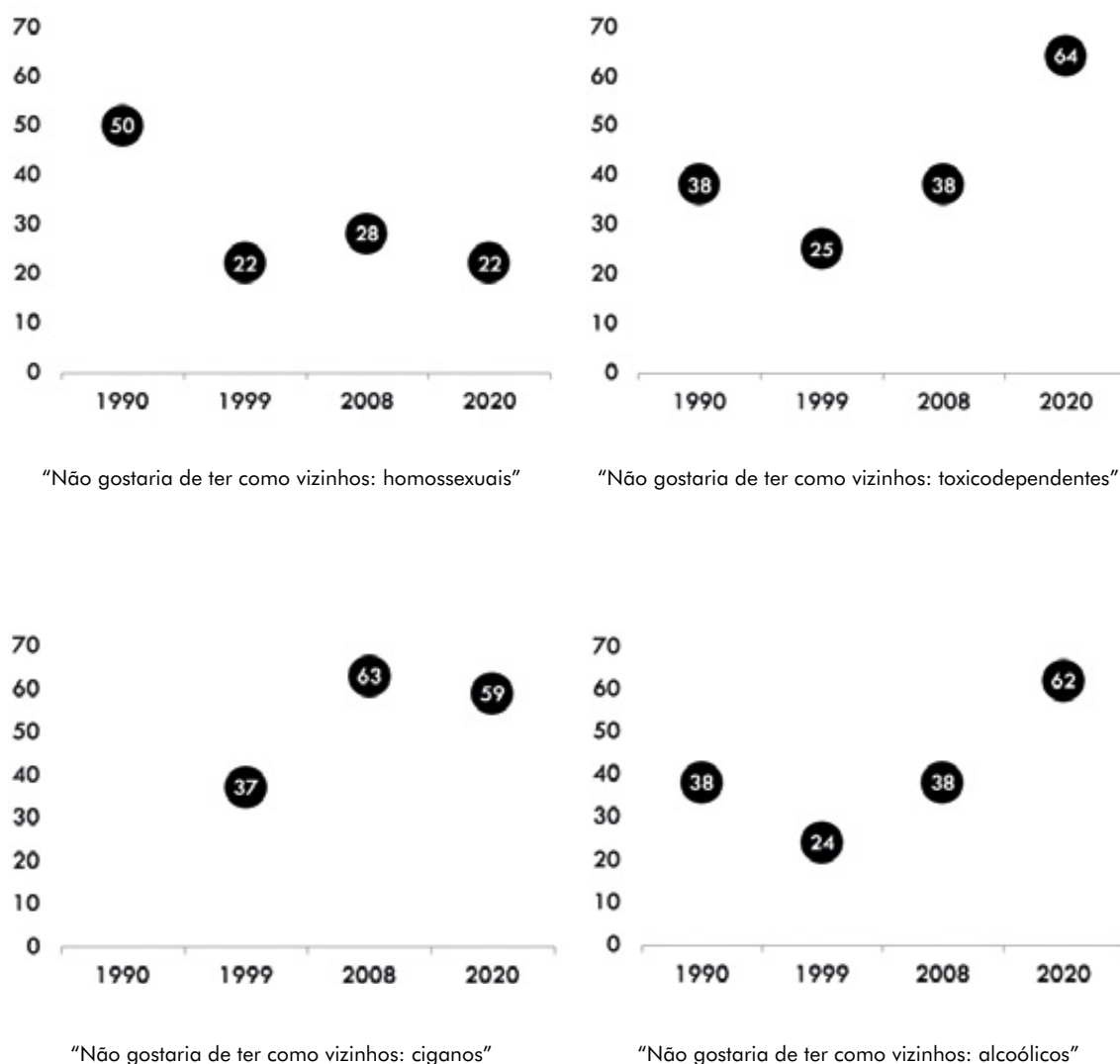


Figura 10. Distância social relativamente a grupos minoritários (% de menções registadas para cada grupo), Portugal, *European Values Study* 1990-2020.

Vimos acima como os trabalhadores imigrantes fazem parte do conjunto de grupos de pessoas relativamente aos quais há maior abertura, enquanto vizinhos. Vejamos agora o que pensam os portugueses da imigração e do seu impacto na sociedade. Na Figura 11, estão representadas as percentagens de inquiridos, em cada país, relativamente ao impacto dos imigrantes no desenvolvimento do país.

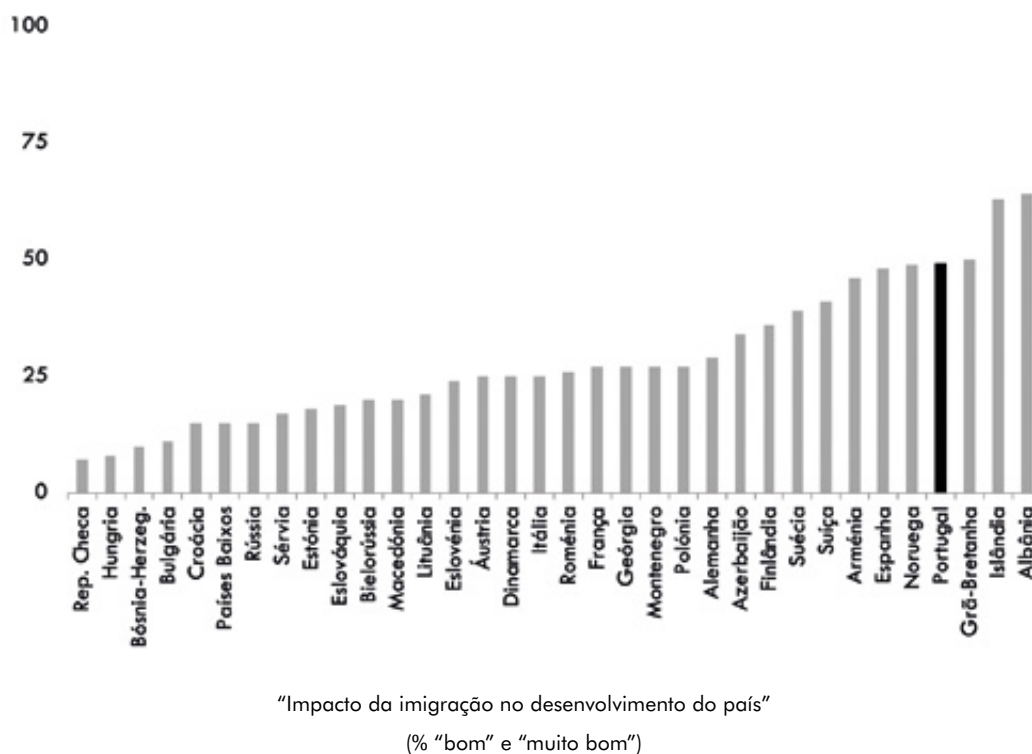


Figura 11. Impacto dos imigrantes no desenvolvimento do país. *European Values Study 2017-2020*.

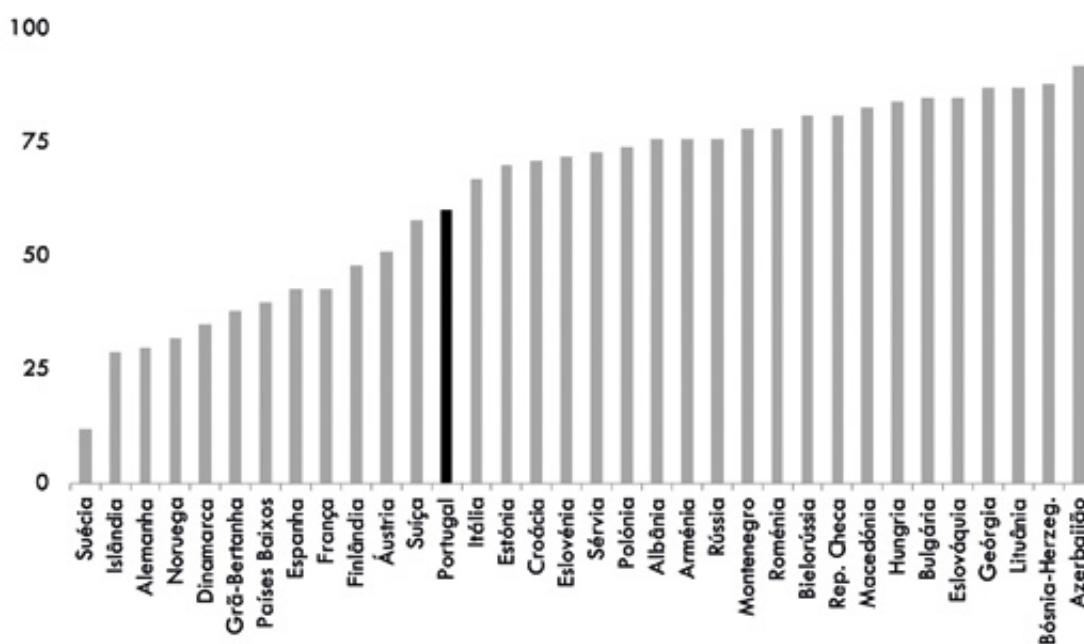
Em Portugal, a imigração é vista como um factor “bom” ou “muito bom” para o desenvolvimento do país por 49% dos inquiridos em Portugal; os que consideram a imigração como má ou muito má representam 14% dos inquiridos. Os países mais abertos à imigração são a Albânia e a Islândia (com avaliações positivas superiores a 60%), e os menos abertos são a República Checa e a Hungria (com avaliações negativas acima dos 50%).

A oposição à imigração exprime-se não apenas no grau de abertura/fechamento à presença de imigrantes no país, como na extensão em que estes são percebidos como uma ameaça, seja por não contribuírem para o desenvolvimento económico do país, por constituírem uma sobrecarga para a segurança social, ou por serem responsáveis pelo aumento da criminalidade, ou ainda por deteriorarem a cultura nacional.¹³ Para avaliar a perceção de ameaça face aos imigrantes, foi pedido aos inquiridos que posicionassem a sua opinião entre duas posições opostas numa escala de 10 pontos.

No primeiro par de frases em que 1 significa que “os imigrantes tiram trabalho aos portugueses” e 10 significa que “os imigrantes não tiram trabalho aos portugueses”, a média das respostas situou-se em 5,6, um valor muito próximo da média do conjunto dos países (5,7). No segundo par de frases, que avalia a perceção do impacto dos imigrantes na evolução da criminalidade variando entre 1 (contribuem para o aumento da criminalidade) e 10 (não contribuem para o aumento da criminalidade), a média dos inquiridos é de 5,2, e a média europeia é de 4,7. O terceiro par de frases diz respeito ao peso que os imigrantes representam para a segurança social, entre 1 (são uma

sobrecarga) e 10 (não são uma sobrecarga): em Portugal registou-se uma média de 5,3. Valor semelhante (5,2) foi registado no par de frases que opõe a manutenção (ou não) dos costumes e tradições por parte dos imigrantes.

Esta aparente imparcialidade, com respostas médias em torno do ponto médio da escala (5), pode querer dizer que os inquiridos têm, genuinamente, uma posição intermédia e moderada. Mas também pode querer dizer que não têm uma opinião formada, ou pode mesmo significar que não querem revelar a sua posição, uma vez mais por sentirem a pressão da norma social. Contudo, quando se pergunta a quem devia ser dada prioridade quando os empregos são poucos, se aos portugueses, se aos imigrantes, os valores obtidos colocam Portugal entre os países com uma orientação mais equitativa (ver Figura 12). Esta atitude de abertura à imigração e aos imigrantes é um fenómeno que se tem vindo a verificar consistentemente noutros inquéritos (*e.g.*, *European Social Survey*) e constitui uma singularidade quando comparada com outras atitudes, ao colocar Portugal perto dos países da Europa Ocidental e do Norte que, de uma forma geral, manifestam atitudes menos conservadoras e tradicionalistas.



"Quando os empregos são poucos devia-se dar prioridade aos portugueses em relação aos imigrantes"

(% "concordo totalmente" e "concordo")

Figura 12. Direito ao emprego, "prioridade aos portugueses em relação aos imigrantes".
European Values Study 2017-2020.

6. Democracia

Quase 9 em cada 10 dos inquiridos neste estudo afirmam que “ter um sistema político democrático” é uma maneira boa ou mesmo muito boa de governar o país. Contudo, essa adesão declarada à democracia coexiste, para muitos, com a aceitação de ideias como a de que deveriam ser os “especialistas e não os governos a tomar decisões” e até a de se ter “um líder forte que não tenha de se preocupar com o Parlamento e as eleições”. Mais: ao longo do tempo, tem havido uma tendência de diminuição da proporção de inquiridos que rejeitam estas ideias, fenómeno que também se encontra em países como Itália, Espanha ou os Estados Unidos.

Desde, pelo menos, meados dos anos 80 do século passado, a questão do regime político deixou de constituir uma clivagem importante na opinião pública portuguesa.¹⁴ E, especialmente após a queda do Muro de Berlim, largas maiorias dos cidadãos da maior parte dos países do mundo afirmam preferir a “democracia” a qualquer outro regime político.¹⁵ Contudo, não é evidente o que pode significar essa preferência. Com a deslegitimação progressiva de outros regimes, é possível que os cidadãos demonstrem apoio à “democracia” em abstracto, mas querendo com isso significar coisas muito diferentes, algumas delas até objetivamente incompatíveis com qualquer definição canónica de “democracia” em termos da proteção dos direitos individuais e da liberdade de competição e participação políticas.

O EVS permite explorar algumas dessas possíveis contradições. Na Figura 13, mostramos as percentagens de inquiridos em Portugal que, desde 1999, dizem *apoiar* a democracia enquanto regime e *rejeitar* outros tipos de regime político: autocracias de “homens fortes” (“Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o Parlamento nem com as eleições”); tecnocracias (“Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões de acordo com o que consideram ser melhor para o país”); e ditaduras militares (“Serem as Forças Armadas a governar o país”). É claramente visível que, nas últimas duas décadas, o apoio manifestado à democracia enquanto regime adequado a Portugal é claramente maioritário (pelo menos 4 em cada 5 inquiridos) e em crescimento (de 81% em 1999 para 86% em 2020).

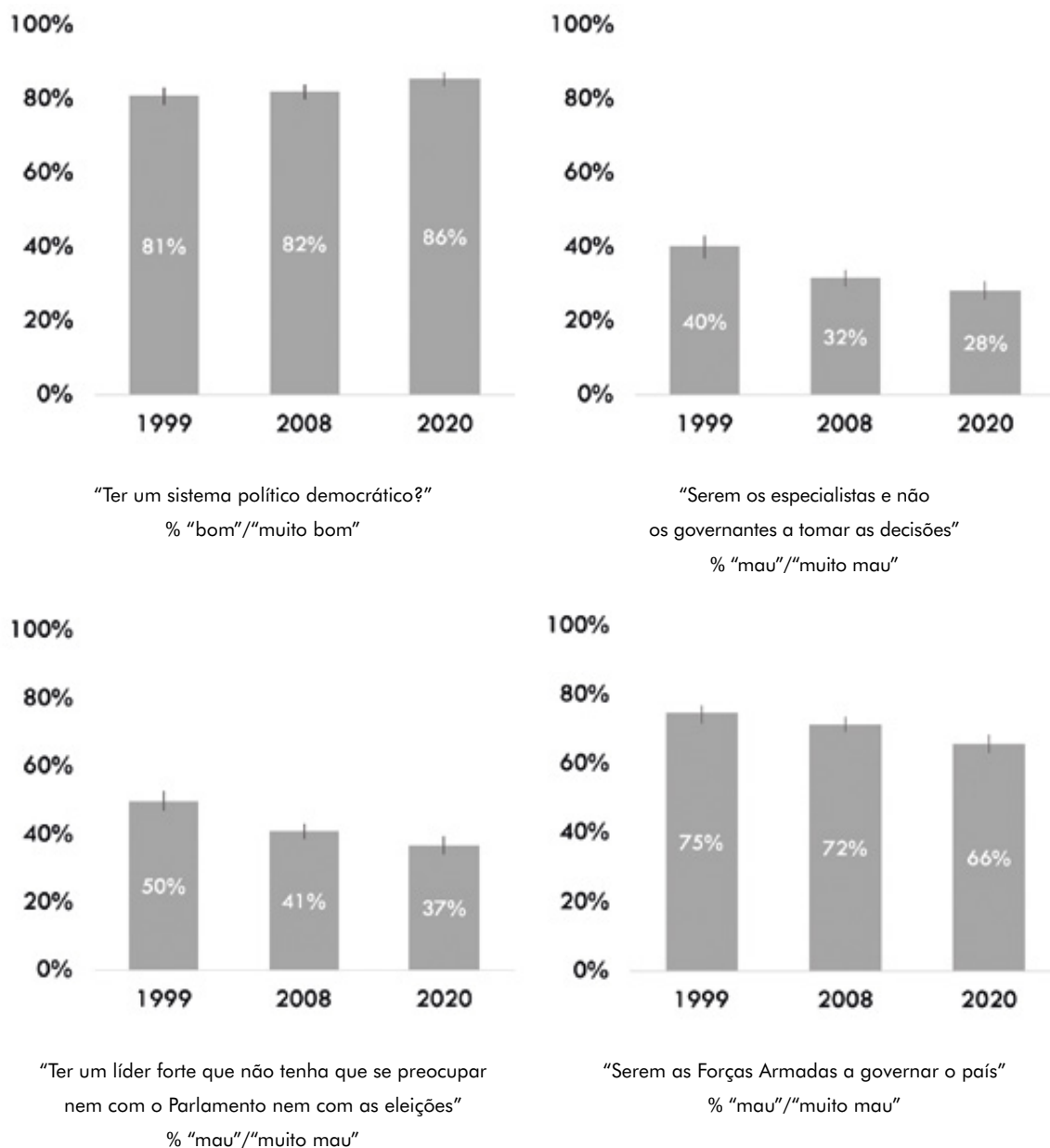


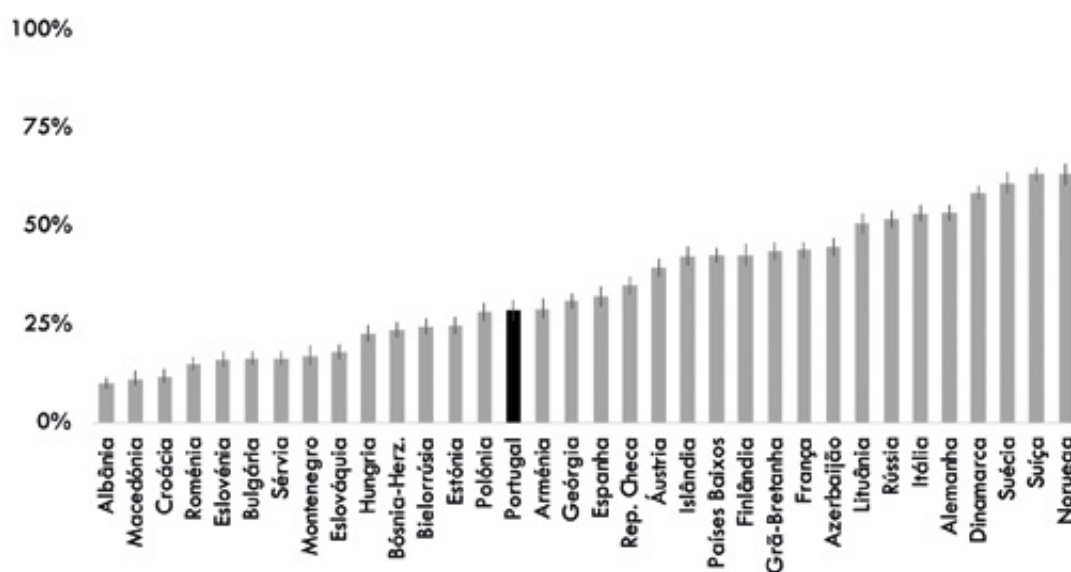
Figura 13. Apoio à democracia e rejeição de outras formas de governo. Portugal, *European Values Study*.

Contudo, é fácil verificar que muitos daqueles que, em Portugal, afirmam apoiar a democracia enquanto regime também *não rejeitam* algumas formas de governo não-democráticas. Por exemplo, em 1999, ao mesmo tempo que 81% dos inquiridos diziam achar que a democracia era uma forma de governo “boa” ou “muito boa” para Portugal, apenas 50% diziam achar que um regime autocrático seria “mau” ou “muito mau”.

Mais importante ainda, a rejeição de formas não-democráticas de governo vem diminuindo ao longo do tempo em Portugal. Isso ocorre no que diz respeito a regimes tecnocráticos (de 40% em 1999 para 28% em 2020), autocráticos (de 50% em 1999 para 37% em 2020) e até ditaduras militares (de 75% em 1999 para 66% em 2020).

Todas estas diferenças são estatisticamente significativas, ou seja, pode-se inferir que ocorreram não apenas nas amostras mas também, com alta probabilidade, entre a população em geral.

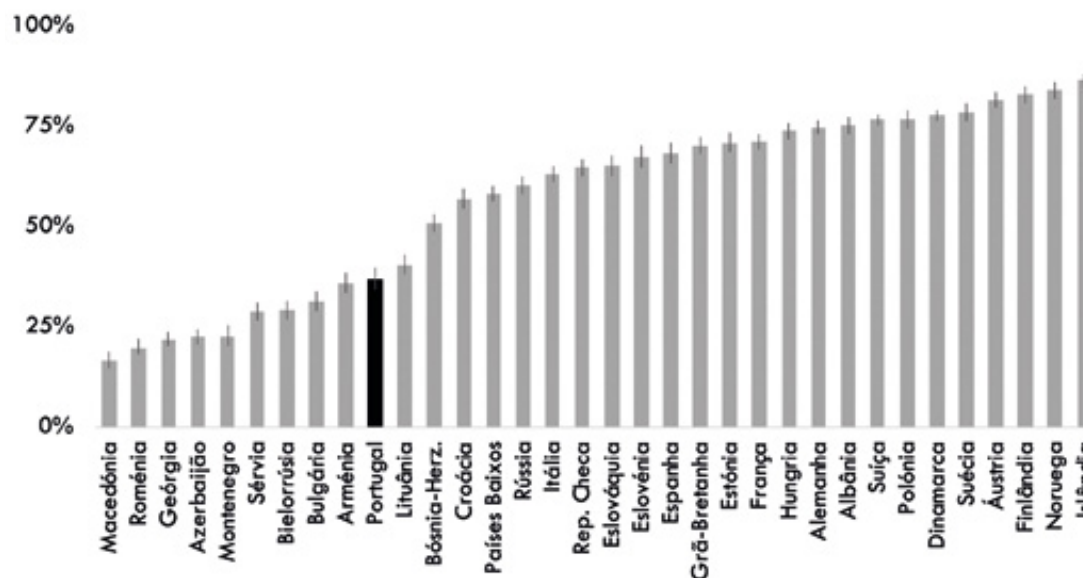
De um ponto de vista comparativo, esta evolução não permite que nos posicionemos hoje junto dos países europeus onde as respetivas populações mais rejeitam formas não-democráticas de governo. Na Figura 14, mostramos as taxas de rejeição de formas tecnocráticas de governo na última vaga do EVS. Portugal encontra-se, deste ponto de vista, abaixo de todos os países da Europa Ocidental e ao mesmo nível de países como a Polónia, a Arménia e a Geórgia.



“Serem os especialistas e não os governantes a tomar as decisões”
 % que respondem que é uma “má” ou “muito má” forma de governo para [país]
 EVS 2017-2020

Figura 14. Rejeição da tecnocracia. *European Values Study 2017-2020*.

Na Figura 15, mostram-se as taxas de rejeição de formas autocráticas de governo. A posição relativa de Portugal é ainda mais baixa, perto de países como a Arménia e a Lituânia, e 20 pontos abaixo do país da Europa Ocidental mais próximo (os Países Baixos).



“Ter um líder forte que não tenha que se preocupar nem com o Parlamento nem com as eleições”

% que respondem que é uma “má” ou “muito má” forma de governo para [país]

EVS 2017-2020

Figura 15. Rejeição da autocracia. European Values Study 2017-2020.

Portugal junta-se, assim, a outras democracias ocidentais — Estados Unidos, Itália, Espanha — onde, ao longo deste século, é possível encontrar uma tendência semelhante para uma cada vez menor rejeição de formas não-democráticas de governo.¹⁶ Contudo, esse declínio deu-se já a partir de uma base comparativamente baixa, colocando Portugal hoje mais perto das democracias (e alguns regimes autoritários) do Leste da Europa do que do resto da Europa Ocidental.

¹ Ver: <https://europeanvaluesstudy.eu/education-dissemination-publications/evs-publications/>. Para uma síntese, ver, por exemplo, Arts, W., Halman, L. (Org.) (2004). *European Values at the Turn of the Millenium*. The Netherlands: Brill.

² Para uma análise detalhada, ver Wall, K. (Org.) (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

³ Não é possível analisar a evolução das respostas a estas duas perguntas desde 1990 porque a escala de resposta mudou em 2020.

⁴ Schwartz S. H., Sagie G., Value consensus and importance: a cross-national study. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 2000;31(4): 465-497. doi:10.1177/0022022100031004003; Halman, L., Draulans, V. (2006), How secular is Europe?. *The British Journal of Sociology*, 57: 263-288. <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2006.00109.x>

⁵ Para uma síntese, ver, por exemplo, Guiso, L., Sapienza, P., and Zingales, L. (2011). Civic capital as the missing link, in Behnabib, J., Jackson, Matthew O., and Bisin, A. (Eds.) *Handbook of Social Economics*, 1. San Diego: North Holland, pp. 417-480.

⁶ Barrios, J. M., Benmelech, E., Hochberg, Y. V., Sapienza, P., and Zingales, L. (2021). Civic capital and social distancing during the Covid-19 pandemic. *Journal of Public Economics*, 193; Durante, R., Guiso, L., and Gulino, G. (2021). Asocial capital: civic culture and social distancing during COVID-19. *Journal of Public Economics*, 194.

⁷ Guiso et al., *Op. Cit.*

⁸ Putnam, R. D. (1993), *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.

⁹ Guiso, L., Sapienza, P., & Zingales, L. (2004). The role of social capital in financial development. *American Economic Review*, 94(3), 526-556.

¹⁰ Park, R.E., (1924). The concept of social distance as applied to the study of racial attitudes and racial relations. *Journal of Applied Sociology* 8: 339-344.

¹¹ Bogardus, E. Measuring Social Distances. *Journal of Applied Sociology* 9 (1925): 299-308.

¹² Peral, Edurne B., Ramos, Alice (2014). Neighbours: determinants of whom Europeans want to keep at a distance, in Will Arts and Halman, Loek (Eds), *Value Contrasts and Consensus in Present-Day Europe: Peiting Europe's Moral Landscapes*. Brill. 117-141.

¹³ Gorodzeisky, A. and Semyonov, M. (2019). Unwelcome immigrants: sources of opposition to different immigrant groups among Europeans. *Frontiers in Sociology* 4: 24. doi: 10.3389/fsoc.2019.00024

¹⁴ Magalhães, P. C. (2005). Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal. *West European Politics*, 28(5), 973-991.

¹⁵ Inglehart, R., Norris, P. (2003). The true clash of civilizations. *Foreign Policy*, 135, 62-70.

¹⁶ Foa, R. S., Mounk, Y. (2017). The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, 28(1), 5-15; Wuttke, A., Gavras, K., Schoen, H. (2020). Have Europeans grown tired of democracy? New evidence from eighteen consolidated democracies, 1981-2018. *British Journal of Political Science*, 1-13.

GULBENKIAN STUDIES

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM